



DOSSIÊ TEMÁTICO:

**ÁFRICA(S) E EDUCAÇÃO ANTIRACISTA NA SALA DE AULA
NA ÁFRICA E NO BRASIL**

Artigo



**“APRENDENDO A DESAPRENDER”:
EDUCAÇÃO ANTIRACISTA POR MEIO DE BONECAS**

**“LEARNING TO UNLEARN”:
ANTI-RACIST EDUCATION THROUGH DOLLS**

**“APRENDER A DESAPRENDER”:
EDUCACIÓN ANTIRACISTA A TRAVÉS DE MUÑECAS**

Por Marilyn Beloni Laureano & Margarida De Cassia Campos

64

Marilyn Beloni Laureano

Pesquisadora, mestranda do Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), da Universidade Estadual de Londrina
orcid.org/0009-0008-0539-0147
Contato: marilynbeloni@gmail.com

Margarida De Cassia Campos

Professora do departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL),
orcid.org/0000-0003-4082-6037
Contato: mcassiacampos@uel.br

Recebido: 22/03/2024

Aceite: 26/04/2024

Como citar:

LAUREANO, Marilyn Beloni;
CAMPOS, Margarida de Cassia.
“Aprendendo a desaprender: Educação antirracista por meio de bonecos.
Boletim GeoÁfrica, v.3, n. 9, p. 64-78,
jan.-mar. 2024

RESUMO:

O tema proposto é a abordagem de conteúdos relacionados ao racismo estrutural por meio de uma perspectiva crítica decolonial. A ideia da oficina proposta foi reconhecer a diversidade racial e religiosa dos povos negros no Brasil, propondo um material didático com abordagens que valorizem o diálogo, o reconhecimento, e a valorização dessa comunidade. Para tanto organizamos uma oficina utilizando-se de 5 bonecas negras (representando uma estudante com nome de Ana, Rainha Njinga, Escravizada, Baiana do Acarajé e a escritora Carolina Maria de Jesus). As bonecas serviram para construir um diálogo entre o conteúdo da disciplina de história do primeiro ano do ensino médio em uma escola estadual do Paraná e os conhecimentos dos jovens, sejam de suas experiências de vida ou saberes científicos previamente adquirido. O material didático permitiu uma abordagem decolonial com objetivo de promover a desconstrução das diversas formas de racismo estrutural existente na sociedade brasileira.

Palavras-chaves: Educação básica, Ensino, Decolonialidade, Formação antirracista.

ABSTRACT:

The proposed theme is to approach content related to structural racism from a critical decolonial perspective. The idea of the proposed workshop was to recognise the racial and religious diversity of black peoples in Brazil, proposing teaching material with approaches that value dialogue, recognition and appreciation of this community. To this end, we organised a workshop using five black dolls (representing a student named Ana, Queen Njinga, a slave, Baiana do Acarajé and the writer Carolina Maria de Jesus). The dolls served to build a dialogue between the content of the history subject in the first year of high school at a state school in Paraná and the young people's knowledge, whether from their life experiences or previously acquired scientific knowledge. The didactic material enabled a decolonial approach with the aim of promoting the deconstruction of the various forms of structural racism that exist in Brazilian society.

Keywords: Basic education, Teaching, Decoloniality, Anti-racist training.

RESUMEN:

La temática propuesta es el abordaje de contenidos relacionados con el racismo estructural a través de una perspectiva decolonial crítica. La idea del taller propuesto fue reconocer la diversidad racial y religiosa de las personas negras en Brasil, proponiendo material didáctico con enfoques que valoren el diálogo, el reconocimiento y la valoración de esta comunidad. Para ello organizamos un taller utilizando 5 muñecas negras (en representación de una estudiante llamada Ana, Rainha Njinga, Escravizada, Baiana do Acarajé y la escritora Carolina Maria de Jesus). Los muñecos sirvieron para construir un diálogo entre los contenidos de la asignatura de Historia del primer año de secundaria en una escuela estatal de Paraná y los saberes de los jóvenes, ya sea a partir de sus experiencias de vida o de conocimientos científicos previamente adquiridos. El material didáctico permitió un enfoque decolonial con el objetivo de promover la desconstrucción de las diversas formas de racismo estructural existentes en la sociedad brasileña.

Palabras-clave: Educación básica, Enseñanza, Decolonialidad, Formación antirracista



INTRODUÇÃO

Esse artigo faz parte de um TCC do Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), da Universidade Estadual de Londrina que está em fase de finalização, o objetivo do pretende texto é produzir material didático, bonecas antirracistas, direcionados aos professores do Ensino fundamental II e Ensino Médio visando atender as demandas das leis 10.639/03 e sua atualização 11.645/08, e em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, de 2004.

As leis que regulamentam o ensino de cultura afro e africana e indígena no Brasil foram implantadas após muitas lutas dos movimentos sociais organizados, como possibilidade democrática de participação de todos os setores da sociedade brasileira. A lei 10.639 de 2003, alterou a LDB há 20 anos, e desde então a luta para que esta lei se cumpra é constante devido à presença incomoda do racismo estrutural na nossa sociedade. Para Araújo (2021), a lei questiona o currículo eurocentrado portanto sofrem resistência em sua aplicação. O percurso para a aprovação desta lei foi longo e repleto de lutas e vetos. Mesmo um Congresso considerado como progressista, o racismo estrutural estava presente, e, portanto, vetou alguns artigos da lei, como a participação do movimento negro na fiscalização e punições. Mesmo com ideias mais inclusivas a possibilidade medir forças políticas levou a falhas nesta lei.

A implementação da lei acabou ficando a cargo das escolas e muitas vezes com profissionais comprometidos com sua aplicação. Sendo assim torna-se necessários que a educação possa promover o Giro Decolonial, e despir-se de uma visão de mundo eurocentrada de forma a valorizar os povos, as histórias e culturas dos povos negros e indígenas no Brasil.

Antes de trabalharmos com a oficina discutimos o conteúdo sobre a escravização na história brasileira de forma a evidenciar o racismo estrutural, evidenciamos também a presença da Colonialidade como algo presente no modo de ser, estar e pensar do Ocidente apresentamos a História Oficial de Londrina, presente no site da prefeitura, demonstrando a necessidade urgente de propor uma nova abordagem dos conteúdos curriculares nas instituições de ensino.



A oficina foi pensada a partir dos conteúdos do componente curricular de História que aborda a História da África e a Escravização no Brasil. Sendo assim foi selecionado o 1º ano do Novo Ensino Médio, com um total de 70 estudantes participantes divididos em duas turmas num Colégio Estadual da Cidade de Londrina. A ideia da oficina utilizando bonecas partiu da experiência em sala de aula, é de uma preocupação da quase inexistência da abordagem positiva da História da África e cultura e das lutas dos afro-brasileiros no currículo oficial brasileiro.

Foram utilizadas 5 aulas, uma aula para cada troca de roupa, utilizando-se portanto uma mesma boneca, sendo assim apresentamos primeiramente a estudante Ana problematizando para demonstrar a presença das pessoas negras na sociedade brasileira com a finalidade de reconhecer e valorizar essa comunidade, seguida da Rainha Njinga para abordar a riqueza e exuberância dos impérios africanos e as peculiaridades da história de Angola, a terceira troca de roupa foi de uma mulher negra que representava uma pessoa escravizada, utilizada para contextualizar os processos da escravidão no Brasil e denunciar suas violências promovendo a concepção de resistência, a quarta troca de roupa ocorreu para representar uma baiana do Acarajé como forma de enfatizar as compras de alforrias e resistências das irmandades criadas por essas mulheres, e por últimos apareceu a boneca escritora que chamamos de Carolina Maria de Jesus para apresentar a presença das mulheres negras na Literatura, Ciência, e em vários espaços que pudessem demonstrar que o povo negro são produtores de conhecimento científico, literário, artístico e cultural de grande relevância.

Ao trabalhar com as oficinas de bonecas percebemos o quanto, nós educadores, colaboramos para o desânimo e o desgaste dos adolescentes vitimizados pelo racismo quando não trazemos o protagonismo negro para a história ensinada. Com quem ele se identificaria para fazer sua luta ser efetiva se apenas a educação aborda o papel dos negros e negras no processo da escravização? Como se orgulhar de ter ancestrais objetificados?



OFICINA: REFLEXÃO SOBRE O RACISMO DIRECIONADO AS PESSOAS NEGRAS

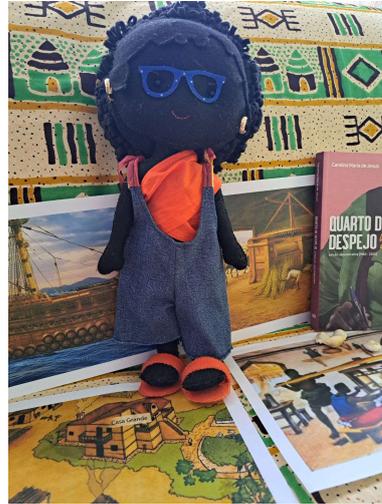
São os filhos do deserto, Onde a terra esposa a luz. Onde vive em campo aberto A tribo dos homens nus... São os guerreiros ousados Que com os tigres mosqueados Combatem na solidão. Ontem simples, fortes, bravos. Hoje míseros escravos, Sem luz, sem ar, sem razão... (Castro Alves.)

Descendentes de escravocratas e descendentes de escravizados lidam com heranças acumuladas em histórias de muita dor e violência, que se refletem na vida concreta e simbólica das Gerações contemporâneas. Fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas (Bento, 2022, p.23)

Estigmas detectados no ambiente escolar na sala dos professores:
boneca preta é macumba
cabelo de bombril
preta/o é pobre e marginal
racismo é mimimi
sou descendente de escravos

A oficina teve início com a boneca trajada como estudante, como demonstrada na figura 1. Seu nome é Ana, escolhido pelos alunos, devido ser o nome da rainha Njinga que se chamava Dona Ana de Souza. Njinga (rainha dos reinos de Ndongo e Matamba no século XVII, o que configura hoje o território de Angola) foi uma grande diplomata, e aceitou ser batizada na igreja católica para desenvolver relações amistosas com o colonizador visando defender seu povo. A proposta da oficina era apresentar conceitos que valorizassem a presença africana e afro-brasileira no Brasil a partir de conhecimentos afro-centrados.

Figura 1 - Estudante negra chamada pelos estudantes de Ana



Fonte: Arquivos da autora

69

Na sequência foi trabalhada a história da Rainha Njinga de Angola (ver Figura 2) A ideia foi apresentar a turma a rainha Nzinga demonstrando o poder feminino no Reino de Angola e resistência aos processos de escravização e dominação.

Figura 2 - Rainha Njinga.



Fonte: Arquivos da autora

É muito comum nas diversas disciplinas escolares dar ênfase aos conhecimentos desenvolvidos pelos gregos e romanos e suas contribuições para a civilização ocidental. No entanto pouco é estudado sobre os conhecimentos africanos fundamentais para o desenvolvimento da Matemática, da Filosofia, da Medicina etc. Esta é uma das facetas do racismo estrutural reproduzido nos currículos escolares como aponta Junior (2010, p.11):

Até o século XVI o desenvolvimento africano era superior ao europeu em várias áreas do conhecimento. Alguns conhecimentos técnicos e tecnológicos importantes foram desenvolvidos dentro do continente africano, outros vieram de intercâmbio com a China, Índia e com os países árabes. Importantes conquistas na matemática, como a geometria e a teoria de sistemas dinâmicos, na astronomia e mesmo na medicina foram realizadas na África.

A oficina aproveitou o conteúdo no componente curricular de história do 1º ano do Novo Ensino Médio do Estado do Paraná que discute sobre Escravidão, aliás apenas uma aula do Novo Ensino Médio se destina a isto, para desconstruir a ideia de “escravos” como objetos ou mercadoria, para tanto apresentamos a boneca com uma roupa que remete as usadas pelas mulheres escravizadas (ver Figura 3).

Figura 3 - Boneca representado uma africana escravizada



Fonte: Arquivos da autora



Foi um momento propício para discutir o conhecimento de algumas tecnologias trazidas pelo povo africano para o Brasil e valorizar estes povos sobre uma nova ótica, a do conhecimento que foi explorado e subalternizado pelos europeus; sendo necessário abordar sob a ótica de povos desenvolvedores de técnicas e tecnologias capazes de transformar e construir o Brasil por meio de sua cultura, conhecimento e resistências.

A compreensão do fio da história africana é necessária para entendimento do desenvolvimento de conhecimentos técnicos, profissionais e científicos nas diversas regiões africanas, que constituíram um capital cultural significativo e fundamental para a colonização do Brasil, sob o domínio português na forma do escravismo criminoso da mão de obra africana (JÚNIOR, 2010, p.15).

Os europeus durante o desenvolvimento do colonialismo eram conhecedores das grandiosidades de culturas presentes no continente africano, e passaram a fazer uso das tecnologias criadas por eles por meio do escravismo criminoso para se apoderar do conhecimento e das pessoas. Segundo, Júnior (2010) os ciclos econômicos brasileiros foram desenvolvidos utilizando-se das técnicas que os africanos dominavam explorando geograficamente as regiões do continente, mas essa narrativa nunca esteve presente nos manuais didáticos. Sendo assim é importante destacar que:

As imigrações forçadas de africanos para o trabalho compulsório, no escravismo criminoso, foram realizadas durante um período de mais de 300 anos, tendo variado de regiões, segundo as épocas, e também variados os ciclos de produção no Brasil. Estas variações fizeram com que o Brasil tenha recebido uma imensa diversidade de conhecimentos contidos na mão de obra africana de diferentes condições geográficas. Todos os ciclos de produção do Brasil eram de domínio de conhecimento de diversas regiões africanas. (JÚNIOR, 2010, p.17)

Ainda segundo o autor as técnicas e tecnologias dominadas pelos africanos para o plantio da cana-de-açúcar e a produção dos engenhos para o fabrico do açúcar logo fruto de cobiça dos europeus que passaram a escravizar os povos da Guiné e dos Açores. A região do Congo também dominava esta produção, já a exploração do ouro era realizada na África Ocidental e do Zimbábue, sendo assim as populações que vieram dessa região trouxeram os instrumentos e as técnicas de exploração do ouro.

Júnior (2010) ainda ressalta que o café é uma planta africana etíope e o domínio de seu cultivo e fabrico estava presente na África Oriental. As regiões de Kano, Nigéria e Congo introduziram no Brasil as produções têxteis, ainda hoje as redes fabricadas pelas

nordestinas utilizam técnicas africanas de confecção. As técnicas de construções, tijolos foram trazidos da África através dos povos do Rio Níger e as regiões da África Central, Oriental e do Norte nos deram as técnicas de cantaria, construir encaixando pedras. Sendo assim os povos africanos com suas riquezas de conhecimentos e técnicas foram explorados de maneira planejada pelos europeus, visando o enriquecimento fácil ao escravizar povos detentores de saberes; e nesta espoliação material e de conhecimentos promoveram o apagamento destes povos da história subalternizando-os.

A quarta boneca (ver Figura 4) apresentada para a turma estava vestida com uma roupa de Baiana do Acarajé. Com todos as técnicas e conhecimentos africanos expostos, seguimos com a aula dando ênfase na resistência a escravização como algo comum neste período, desconstruindo a ideia de que a escravização foi branda e os africanos e africanas que chegaram ao Brasil se adaptaram ao processo naturalmente Sendo assim destacamos a luta antirracista desde que os primeiros africanos foram forçados a “pisar” no território africano.

Figura 4 - Boneca representando uma Baiana do Acarajé



Fonte: Arquivos da autora



Num episódio em sala de aula quando estudávamos a escravidão no Brasil uma aluna negra não conseguiu enxergar a diferença entre dizeres como: sou descendente de escravos, sou descendente de pessoas que foram escravizadas. Então foi preciso uma contextualização da história, por meio da perspectiva afrocentrada e decolonial, ressaltando os conhecimentos dos personagens históricos sem exaltar os valores mercadológicos, rompendo com a cumplicidade capitalista com o tráfico de pessoas para a América.

A oficina problematizou os conteúdos relativos a Escravização no Brasil a partir da perspectiva de resistência, demonstrando as lutas destes homens e mulheres escravizados por dignidade e liberdade, sem precisar esperar uma princesa branca (Princesa Isabel) representante do império colonial para assinar uma lei e libertá-los (Lei Áurea de 1888). A boneca que representava a Baiana do Acarajé foi usada como símbolo da resistência africana à escravidão, segundo o IPHAN (2007), advindas de regiões da África onde as mulheres sustentavam seus lares, estas cozinheiras e vendedoras estavam acostumadas a sustentar suas famílias. Essas mulheres eram obrigadas pelos seus “senhores” circular pela cidade para vender os quitutes e após décadas de trabalho forçado algumas conseguiam conquistar a compra de suas alforrias e continuavam trabalhando, desta vez, para si. Usavam seus balangandãs em colares e pulseiras para ostentarem sua liberdade. Vendiam acarajé, bolinho de feijão usado como oferenda a Oxóssi, orixá africanos do candomblé, conquistaram sua independência resistindo através de sua cultura culinária religiosa. Importante destacar que:

O acarajé, bolinho de feijão-fradinho (*Phaseolus angularis* Wild), cebola e sal, frito em azeite-dedendê (*Elaeis guineensis* L), é de origem africana; seu nome original é, em locais do Golfo do Benim, África Ocidental, acará 1, que, em iorubá, significa “comer fogo” – acará (fogo) + ajeum (comer) – e advém do modo como era apregoado nas ruas: “acará, acará ajé, acarajé”². Sua tradição, na Bahia, vem do período colonial, quando as mulheres – escravas ou libertas – preparavam-no e, à noite, com cestos ou tabuleiros na cabeça, saíam a vendê-lo nas ruas da cidade. Tal prática de comércio ambulante de alimentos já era realizada na costa ocidental da África como forma de autonomia das mulheres em relação aos homens, o que, com frequência, lhes conferia o papel de provedoras de suas famílias. (IPHAN, 2007, p. 15)

Ainda segundo o Iphan (2007) terem poder de circulação nas ruas as baianas poderiam se reunir em irmandades religiosas e promover maior integração das suas culturas com as atividades locais. Os chamados escravos de ganho por circularem com



mais facilidade pelas ruas das cidades formavam grupos que seriam uma espécie de consórcio para a compra de alforrias de seus irmãos. Existiam pessoas escravizadas que conseguiam ter caderneta de poupança para comprar sua liberdade. A realidade descrita acima sempre foi pouco explorada nas aulas de história da escravidão no Brasil, por se fixar nas dinâmicas socioespaciais das zonas rurais e apagar as vivências urbanas.

Segundo o citado Instituto, as Baianas do acarajé não ficaram restritas à Bahia, mas em todas as cidades onde estas mulheres exerciam sua profissão de quituteiras associadas aos terreiros de candomblé. “O mercado de acarajé é um grande mercado que os orixás deram para as mulheres de santo da Bahia” (IPHAN, 2007, p. 22). A resistência se deu por meio econômico e religioso nessas mulheres independentes, chefes de família, cozinheiras, comerciantes e mães-de-santo.

74

O estigma relativo à Macumba e muito forte na sociedade brasileira e presente no cotidiano escolar, ele se manifesta na aversão que a boneca por ser preta, causa nos estudantes, alguns sequer olharam para ela por medo, outros temiam tocá-la. A visão que o catolicismo e os cristãos em geral, de forma eurocentrada, criaram e endemonizaram as religiões de matriz afro nutrem profundas memórias nos estudantes e na comunidade escolar. Sendo assim de maneira a reconhecer e valorizar a decolonialidade a partir das lutas de nossa cidade do movimento negro, destaquei durante a oficina a atuação da ativista do movimento negro e mãe-de-santo londrinense, Yá Mukumbi, D. Vilma Santos de Oliveira, na implementação das cotas raciais e sociais para negros e estudantes de escola pública na Universidade Estadual de Londrina, sendo uma forma de desconstruir preconceitos e destacar a luta local por políticas públicas de ações afirmativas.

A quinta boneca negra (ver Figura 5) estava vestida com uma roupa que representava uma cientista e logo ouviu os dizeres “cabelo de bombрил” O objetivo da presente oficina foi apresentar uma visão positiva e afirmativa sobre a presença negra na sociedade brasileira e suas grandes contribuições. A boneca estará trajada com roupas de escritora com o livro Quarto de Despejo: O Diário de uma Favelada, nas mãos, chamando a atenção para as escritoras negras brasileiras como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. As obras destas autoras estavam expostas na sala para divulgá-las e mostrar a luta pela visibilidade frente a uma sociedade racista.

Figura 5 - Boneca negra escritora e cientista

Fonte: Arquivos da autora

Ela também tinha potencial para representar as cientistas negras brasileiras, como Jaqueline Goes de Jesus, tão importante na codificação do genoma do Coronavírus na pandemia. Acreditamos que essa oficina contribuiu para exaltar as presenças marcantes de ministros negros, negras e indígenas no poder na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no seu terceiro mandato que iniciou em 2023. Esta parte da oficina foi pensada após um aluno negro, relatar o caso de racismo que sofreu quando mais jovem e não ver motivo para lutar contra o racismo, num conformismo como se a sociedade fosse feita para brancos, e ele não teria chance de mudar nem de tentar ou pensar em lutar por igualdade. O abalo emocional que a discriminação causou fez com que ele perdesse as esperanças de uma sociedade melhor. Partindo deste relato e desta percepção surgiu a ideia de criar um ambiente científico e de forte luta antirracista ao trazer os protagonismos negros e negras para a aula movendo exemplos marcantes na nossa história,



invisibilizados pelo currículo e de certa forma empoderando os estudantes negros em sua luta para estudar e pensar num futuro que os inclua. Portanto,

Respondendo a dimensão estrutural do racismo na nossa sociedade a população negra também se organiza em coletivos de naturezas diferentes e assim a semente dos quilombos não para de crescer. Nesse sentido esses diversos tipos de grupo de jovens, professores vórgulas intelectuais e artistas trabalham com o conceito de Quilombo como território de memória, de resistência, de fortalecimento cultural e precisam ser apoiados por políticas públicas e programas de diversidades equitativas realizados para organizações... Movimentos sociais como de mulheres negras, quilombolas e indígenas desestabilizam as relações de colonialidade, construindo contranarrativas que trazem novas perspectivas e paradigmas, e, além da denúncia, procuram protagonizar ação política contra a expropriação de riquezas e a brutalidade que sustenta a sociedade o regime político no qual vivemos. (Bento, 2022, p. 40).

Desestabilizar as relações do racismo estrutural promovendo uma desconstrução, revalorização e uma perspectiva mais afrocentrada de Brasil, escola e vida. Assim conseguiremos criar contranarrativas, perspectivas de futuro em que a maioria da população do Brasil, que é negra, possa se sentir pertencente e, portanto, capaz de iniciar lutas para promover cada vez mais igualdade no país.

Trabalhar com um enfoque e abordagem antirracista na sala de aula é acima de tudo desconstruir a ideia branca e colonizadora criada pela história oficial, ou seja, é uma maneira de criticarmos e expormos o eurocentrismo aplicado nos currículos escolares. Portanto, a educação antirracista é uma educação que propicia uma outra abordagem com o novo olhar sobre as histórias dos povos que compuseram o nosso país sendo assim uma história que agrega cada vez mais outras histórias.

A preocupação com o enfoque sobre as Relações raciais na sociedade brasileira, no entanto tem mudado muito nos últimos anos as agências governamentais bem como os programas específicos no âmbito do governo federal estadual e municipal, foram criadas com o intuito de diminuir as desigualdades provocadas pelo racismo. A sociedade brasileira, mais especificamente, o Estado começa, enfim, a responder timidamente as demandas e a reivindicações da luta política do movimento negro. Como podemos citar a adoção de quadros para negros por algumas universidades, a institucionalização de um dia para a Consciência Negra, a criação da secretaria de igualdade racial e a Lei Federal número 10639 que tornou obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. (Schucman, 2020, p. 39-40).

Ensinar apenas a história oficial construída através de séculos pelos europeus colonizadores e brancos exclui qualquer possibilidade democrática de educação uma vez que uma história criada apenas como via de mão única exclui a participação de sua



população perpetuando as desigualdades sociais, principalmente nos países que foram colonizados como é o caso do Brasil.

Sendo assim, acreditamos em uma educação democrática, humanista, inclusiva nas escolas públicas do nosso país onde estudam os filhos dos trabalhadores e pobres que compõem e fazem parte da base de nossa economia. Podemos adotar a abordagem antirracista porque ela vai privilegiar as vias democráticas de inclusão de grupos sociais apagados e invisibilizados pela história oficial. O papel da lei 10639/03 que completa 20 anos e da 11.645/2008 nesta luta é pela inclusão e visibilização da história e cultura africana e afro-brasileira e indígena ainda ausente infelizmente nos currículos do Estado do Paraná e ao se fazer presente os enfoques dos conteúdos permanecem em sua maioria eurocentrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de descolonizar os currículos já possui uma caminhada de pelo menos 20 anos com a lei 10639/03 e sua atualização na 11.645/08. Nesta longa luta contra o racismo ele tem se apresentado de forma enraizada nas estruturas escolares e curriculares. As Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico Raciais em 2004 já nos chamavam atenção para ideias eurocentradas presentes nas ciências e nas escolas e a luta árdua do Movimento Negro para que os conteúdos fossem mais includentes com a maioria numérica dos brasileiros que é negra, mas também indígena

A educação antirracista deveria ser premissa educacional, porém prevaleceram os interesses da branquitude reforçados muitas vezes por políticas públicas educacionais que reforçam o viés eurocêntrico nos currículos. Mesmo assim as Diretrizes de 2004 apontam para uma política ampla de valorização da educação antirracista, e não apenas como dever dos professores; à escola cabe o dever de fiscalizar a implementação desta lei de forma a dar um tratamento aprofundado a respeito das contribuições dos africanos e indígenas para a construção da nação brasileira.

O papel da escola pública é incluir todos os brasileiros por meio de uma abordagem intercultural e crítica, onde o debate da diversidade não se transforme em desigualdade e na construção de estigmas racistas e que haja uma valorização das diversas



ancestralidades, promova o acolhimento e a permanência ao evitar evasões provocadas pelas ofensas racistas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Castro. **O navio negroiro**. Disponível em: <
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1786>. Acesso em 02 de dezembro de 2023

ARAÚJO, L. A lei 10.639/2003 e sua maior idade. Há o que se comemorar? **Revista Docência e Cibercultura**, v.5, n.2, 2021.

BENTO, C. O. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL, **Lei 10.639/03**. 2003.

BRASIL, **Lei 11.645/08**, 2008.

IPHAN. **O Ofício das Baianas do acarajé**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

MIGNOLO, W. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 32 n. 94. p.1-18, 2017.

JÚNIOR, H.C. **Tecnologia Africana na Formação Brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

SCHUCMAN, L. **Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo**: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2020